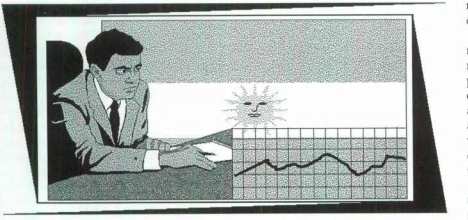
Economia consegue se ajustar

A preocupação com a saúde da economia Argentina se deslocou das contas externas para as fiscais.



AS primeiras semanas de junho vieram carregadas de más notícias. Problemas no nível de atividade, com o conseqüente impacto fiscal, discussões no Mercosul e manifestações em algumas províncias, como em Córdoba, geraram reações pessimistas nos mercados de títulos públicos e ações.

A economia, no entanto, mostra sinais claros de estar conseguindo realizar a difícil substituição do financiamento de capitais estrangeiros equivalente a 4% do PIB, sem custos excessivos no que diz respeito ao nível de atividade. Sinal eloqüente disso é a evolução das exportações, que cresceram 50% nos primeiros cinco meses do ano. Acrescido da retração do consumo doméstico, esse sinal reforça a perspectiva de um superávit comercial expressivo.

É evidente que algumas circunstâncias externas favoráveis ajudarão a alcançar esse resultado: preços em alta para *commodities*, crescimento da economia brasileira, redução da taxa internacional de juros. Mas é bom lembrar que, em dois ou três trimestres, a economia fez reverter um déficit comercial de 2% do PIB, quando muitos observadores externos duvidavam de uma resposta favorável ante a repercussão da crise mexicana.

A preocupação rapidamente se deslocou das contas externas para as fiscais. A queda nas vendas domésticas, durante o segundo trimestre deste ano, prejudicou a arrecadação, deixando-a cerca de 700 milhões de pesos abaixo da meta fixada no acordo com o FMI para o mês de maio.

Ainda que a recuperação observada nos depósitos a longo prazo se traduza em recomposição do crédito, o superávit orçamentário previsto para o segundo semestre do ano (3% do PIB, pagos os juros) parece inacessível, sobretudo no terceiro trimestre, quando a arrecadação do IVA sobre as vendas de junho-agosto se ressente da restrição creditícia e da redução dos salários reais, das horas extras e suspensões impostas aos trabalhadores.

É preciso, no entanto, que se obtenha um superávit fiscal de 3% do PIB, que corresponderá a 4% do PIB, se for adicionado o cancelamento da dívida que representaria o ajuste no sistema de aposentadorias, substituído pelo de capitalização.

As opiniões favoráveis à manutenção do alto superávit fiscal de 1994 baseavam-se na expansão artificial do consumo, que financiava a entrada de US$12 bilhões. Aí era gerada uma arrecadação adicional que permitia um ajuste fiscal ilusório do ponto de vista do longo prazo. O equilíbrio das contas fiscais está sendo conseguido num clima recessivo, o que torna mais sólidos seus resultados. É razoável que se consiga um superávit fiscal produzido pelas privatizações, dada a dificuldade de se conseguir financiamento; mas parece francamente excessivo estabelecer como meta, antes das privatizações, um resultado de US$2 bilhões ao ano, diante dos níveis da atividade econômica e do fluxo de capitais externos atuais.

Nas províncias, pela primeira vez em muitos meses são adotadas medidas para resolver problemas estruturais. Um exemplo é a privatização de bancos oficiais e empresas públicas em várias delas. São ajustes necessariamente traumáticos que a carência de recursos das próprias províncias e da nação justifica e sem os quais o plano de conversibilidade entraria virtualmente em colapso.

A integração ao Mercosul é sem dúvida benéfica à economia argentina. Por isso se temia que a decisão unilateral do governo brasileiro na questão do setor de automóveis fizesse eclodir guerras comerciais capazes de pôr a perder 10 anos de entendimentos. A decisão de inovar nessa matéria viola os acordos de Ouro Preto, pondo em risco a estabilidade do acordo como um todo. Sem falar, naturalmente, no prejuízo que poderia causar à indústria argentina, pelos investimentos já realizados com base nos entendimentos anteriores.

Ainda que a experiência de abertura unilateral do Chile demonstre que é possível crescer sem pertencer a um bloco comercial, um eventual colapso do Mercosul afetaria a economia argentina, a curto prazo. Os danos, no entanto, afetariam também outros parceiros comerciais, e é de esperar que o acordo se mantenha em termos razoáveis, tendo por base o interesse comum.

Os problemas não estão ainda afastados da economia argentina. Há aumento da taxa de desemprego e tensão nas províncias para que se concretizem as reformas pendentes. Mas parece que o pior da crise já passou.

Indicadores da economia argentina

Política monetária — Recuperou-se debilmente a demanda de pesos, em junho. Os depósitos voltam aos poucos ao sistema

financeiro, após as incertezas eleitorais. Em contrapartida, prosseguem as necessidades de fundos, em particular para zerar os créditos outorgados pelo Banco Central e pelo Banco da Nação, através da rede de previdência para iliquidez. A reestruturação do sistema se verifica lentamente, com pouca agilidade do desempenho dos fundos fiduciários. O sistema prossegue concentrado, com 55% do total dos depósitos nas 10 primeiras entidades.

Setor externo — Entre 1985 e 1991, enquanto a Argentina e o Brasil acertavam sua integração, sucediam-se situações favoráveis para um e outro sócio. A recessão e a desordem cambial na Argentina, entre 1989 e 1990, deram lugar a um forte aumento das exportações totais, traduzido em maiores vendas ao Brasil. Entre 1992 e 1994, a Argentina foi importadora líquida, com preferências crescentes no mercado brasileiro, que nesses três anos recebeu mais de US$13 bilhões como saldo positivo do comércio bilateral.

O equilíbrio das contas fiscais está sendo conseguido num clima recessivo, o que torna mais sólidos seus resultados.

Produção industrial — Em maio, o nível de atividade do setor manufatureiro se elevou 5,5%, segundo o índice de produção industrial (IPI) sazonalizado da Fiel. Esse percentual foi calculado sobre 113,5 e o ano-base foi 1984=100. Em termos dessazonalizados, a atividade industrial cresceu 1%, com índice de 110 (mesmo ano-base).

Após forte contração registrada nos níveis de produção em abril, no mês de maio a atividade industrial se recompôs a níveis similares aos de dezembro de 1994. O acumulado dos cinco primeiros meses de 1995 aponta leve variação positiva nos volumes da produção industrial (0,5%), comparado ao dos mesmos meses de 1994.

Inflação — O índice de preços ao consumidor (IPC) não acusou variações em maio (inflação zero), enquanto os preços do atacado subiram 0,3%.

Tradução e resumo de Alexandre Oliveira

Informe da Fundación Investigaciones Económicas Latinoamericanas (Fiel), de Córdoba, Argentina.